

VUNESP - 2012 - TJ/SP - Escrevente

11. A Lei n.º 8.429/92 estabelece as penas para quem comete atos de Improbidade Administrativa. Nesse sentido, considerando-se o disposto, expressamente, no referido diploma legal, assinale a alternativa correta.

A) Quando o ato de improbidade ensejar enriquecimento ilícito, caberá à autoridade administrativa, responsável pelo inquérito, decretar a indisponibilidade dos bens do indiciado.

B) Dependendo da gravidade do ato, as penas que podem ser impostas ao infrator são, entre outras, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública e cassação dos direitos políticos.

C) As cominações previstas na Lei são personalíssimas, não podendo atingir os sucessores daquele que causar lesão ao patrimônio público ou se enriquecer ilicitamente.

D) As penas previstas na Lei de Improbidade não são aplicáveis a quem não é agente público, mesmo que tenha concorrido para a prática do ato de improbidade.

E) O agente público que se recusar a prestar declaração de bens do seu patrimônio, dentro do prazo determinado, ou que a prestar falsa, será punido com a pena de demissão, a bem do serviço público, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

VUNESP - 2012 - SPTrans/SP - Advogado Pleno - Administrativo

12. "Os atos de improbidade praticados por qualquer agente público, servidor ou não, contra a administração direta, _____ ou fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios, de Território, de _____ incorporada ao patrimônio público ou de entidade para cuja criação ou custeio o _____ haja concorrido ou concorra com mais de _____ por cento do patrimônio ou da receita anual, serão punidos na forma desta lei." (Art. 1.º da Lei n.º 8.429/92).

Assinale a alternativa que contempla os vocábulos que preenchem, correta e respectivamente, as lacunas do referido dispositivo legal.

A) autárquica, pessoa, Estado, sessenta

B) indireta, pessoa, tesouro, cinquenta

C) autárquica, empresa, erário, sessenta

D) autárquica, empresa, tesouro, cinquenta

E) indireta, empresa, erário, cinquenta

E) A perda da função pública e a suspensão dos direitos políticos do condenado por ato de improbidade efetivam-se com a publicação da condenação por ato de improbidade em segunda instância.

E) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de 8 (oito) a 10 (dez) anos e multa civil de até 5 (cinco) vezes o valor do benefício financeiro ou tributário concedido.

E) Retirar, ainda que com a anuência do seu superior imediato, qualquer objeto existente na repartição.

E) Incitar greves ou a elas aderir.

E) Multa de até 2/3 (dois terços) dos seus vencimentos.

E) O processo administrativo só poderá ser sobrestado para aguardar decisão judicial por despacho motivado da autoridade competente para aplicar a pena.

E) O recurso não poderá ser apreciado pela autoridade competente se incorretamente denominado ou endereçado.

Aulões do NEAF

<https://bit.ly/2xgJx58>

**Cadastre-se na Lista de Transmissão do
NEAF no WhatsApp**

<http://bit.ly/2S1NzpO>

Telegram

<http://bit.ly/TelegramNEAF>

Conheça nossos Cursos TCM SP 2020

<http://bit.ly/2Tfp0pW>

Cursos para Escrevente TJSP e MPSP 2020/2021:

<https://bit.ly/3fDqJNl>

Link do TJSP 2020

<https://bit.ly/3dyBqBq>

INSS

<http://bit.ly/2uVGnyX>

Polícia Civil

<http://bit.ly/2thUX6>

Cursos para Escrevente TJSP

<http://bit.ly/2JVGdQ9>

Dúvidas, sugestões ou para mais informações

contato@neafconcursos.com.br